

Informação sobre Crime e Violência - É Bom Saber...

O medo do crime faz parte da vida. Um medo que justo e razoável serve para promover cautela e proteção, mas se exagerado e baseado em mitos pode comprometer a "qualidade de vida" de uma comunidade inteira. Informações de boa qualidade sobre o crime e a violência, de acesso público, são antídotos contra os mitos de insegurança que o medo pode produzir. Bem informada, a comunidade passa a proteger-se de maneira objetiva, racional e eficaz. Os órgãos de segurança pública, a mídia e mesmo a imaginação são fontes de informação sobre o crime e a violência. Delas podem sair informações exageradas ou mitológicas ou, ao contrário, válidas e confiáveis.

Existe uma grande diferença entre o "problema do crime" e os "crimes problema". No caso do "problema do crime" ou da chamada "criminalidade de massa" o foco principal é o patrimônio material, sob a forma de freqüentes e pequenos delitos, caso dos furtos. Realidade: muitos casos e relativamente pouco impacto sobre o medo. Muito mais sentida é a questão dos "crimes problema" ou da "criminalidade violenta" e que tem como alvo a integridade física das pessoas, caso, por exemplo, dos homicídios e estupros. Realidade: poucos casos e relativamente grande impacto sobre o medo.

Informações sobre "crimes problema" podem ser divulgadas por diferentes motivações: entreter acerca do que é fora do comum ("o maníaco do parque"); explorar a curiosidade pública sobre um problema novo e específico ("sequestro relâmpago"); angariar simpatia de audiências (como nos "programas policiais", ameaçando criminosos foragidos e conclamando as autoridades a tomarem providências) ou promover antagonismo político-eleitoral (quando forças políticas de oposição afirmam que irão, caso eleitas, "endurecer com o crime").

Em meio a tudo isso, é um dilema para os governantes o provimento de boa informação sobre o tema, incluindo a quantificação do risco para crimes violentos (quantas vezes mais os homens estão expostos aos homicídios do que as mulheres?), o estabelecimento de perfis de vitimização (qual é a faixa etária típica da mulher vítima de estupro?), bem como a indicação dos dias, horários e locais de risco para todos e cada espécie de crime. Sem informações desse tipo, a cidadania deixa de saber o nível real de perigo a que está exposta, do qual passa a ter apenas uma noção imprecisa e sob a ótica do entretenimento, sensacionalismo ou mesmo da mera exploração política.

A desinformação gera medo, medo muitas vezes infundado ou, ao contrário, uma sensação de segurança que não existe de fato. O antídoto para esses desencontros é boa informação pública sobre o crime, tema ainda bastante controvertido, principalmente quando se trata de divulgar estatísticas criminais oficiais. Mas existem modelos de informação pública para serem considerados. Segundo aponta documento sobre Estatísticas Oficiais-Princípios Fundamentais Adotados pela Comissão Econômica Européia (de 15 de abril de 1992) - a estatística oficial constitui um elemento indispensável em uma sociedade democrática. Ele sugere que os responsáveis pelo setor devam estabelecer quais, como serão produzidas e como serão utilizadas e acessadas pela cidadania estatísticas oficiais produzidas com máxima imparcialidade.

Uma experiência pioneira de acesso a estatísticas criminais acontece na cidade de São José, Califórnia. Lá a polícia criou um sítio ("site") da Internet com informações bastante detalhadas sobre a criminalidade local. Os moradores podem ficar sabendo, por exemplo, quantas vezes o serviço de emergência (o equivalente ao "190" do Brasil) foi acionado, bem como a razão e as quadras de onde partiram os pedidos de socorro policial da semana anterior. Estão disponíveis, também, informações gerais sobre padrões (como os crimes ocorrem) e tendências (se o número deles tem permanecido aumentando, constantes ou diminuindo), bem como os meios de solicitar e receber avisos policiais por e-mail.

A materialização da situação de insegurança trouxe para o Brasil os vigilantes de domicílio, guaritas de controle de entrada, cães de guarda, grades, alarmes, cercas, câmeras de circuitos fechados de TV etc. Tudo isso já caracteriza uma espécie de redesenho medieval das cidades do país, cada vez mais fortificadas contra o crime e a violência. Depois de "blindada" a arquitetura urbana, ocorre uma retração da comunidade, amedrontada, para pequenos espaços privados protegidos, com os grandes espaços públicos ficando cada vez mais vazios e depois até mesmo desertos. Exatamente por isso eles ficam também cada vez mais perigosos. Ganham os delinqüentes, ao mesmo tempo em que perde a comunidade, já que seu lugar de socialização e articulação fica abandonado em função do medo e do isolamento social que o crime produz. A desinformação talvez contribua dramaticamente para isso.

Exemplos como os de São José da Califórnia nos Estados Unidos e da União Europeia e tantos outros mais, devem ser examinados cuidadosamente pelos gestores brasileiros da segurança pública, ao considerarem as estatísticas oficiais sobre o crime e a violência. Talvez assim a comunidade passe a ter um pouco menos de medo, enquanto os delinqüentes tenham menos certeza da liberdade de agir em função da pouca ou nenhuma informação disponível publicamente sobre eles, como cometem os crimes e seus propósitos presentes e futuros.

Breve Currículo: George Felipe de Lima Dantas, doutor pela "The George Washington University" dos Estados Unidos da América, é um dos precursores, no Brasil, dos especialistas em "justiça criminal", profissionais que em outros países já tratam de segurança pública, de maneira específica, ainda que com uma abordagem multidisciplinar e multiinstitucional calcada na prática.

Fonte: Tribuna do Brasil

Data: 25 de setembro de 2008

<http://www.tribunadobrasil.com.br/?ned=2440&ntc=74446&sc=1>